

POLÍTICAS PÚBLICAS E MÍDIA: o discurso fotojornalístico de “O Globo” sobre o Programa UPP¹

PUBLIC POLICIES AND MEDIA: the photojournalistic discours of “O Globo” about the UPP Program

Janaina Dias Barcelos*

* Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Vice-Coordenadora do Curso de Jornalismo da UFRN (2019-2020). Doutora em Estudos Linguísticos - Análise do Discurso pela FALE/UFMG.

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões que conectam discurso jornalístico e políticas públicas, a partir do modo como os meios de comunicação constroem sentidos sobre determinado tema. O recorte é o posicionamento sobre o programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), verificado no discurso fotojornalístico do jornal “O Globo”, por meio da análise de 302 imagens publicadas nos anos 2010, 2012 e 2014. Percebe-se uma intencionalidade do veículo, a partir da proposição de mundo presente no discurso das fotografias e apoio à política pública de segurança.

Palavras-chave: Unidade de Polícia Pacificadora; Fotojornalismo; Discurso.

ABSTRACT

This article presents connections between journalistic discourse and public policies, based on the way that the media builds meanings about a subject. The focus is the discursive positioning about the Pacifying Police Units program, verified in the photojournalistic discourse of “O Globo”, through the analysis of 302 images published in the years 2010, 2012 and 2014. We identify an intention of the newspaper to support this public security policy, from the worldview proposed by the discourse of the photographs.

Keywords: Pacifying Police Unit; Photojournalism; Discourse.

¹ Este trabalho foi publicado nos anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas em 2019, tendo passado por mudanças e atualizações para esta revista. Ele traz um recorte das discussões e dos resultados de tese de doutorado defendida em 2016 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. A tese se encontra disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-A7MGQP>.

Ao direcionarmos nosso olhar para espaços urbanos periféricos, em especial favelas, percebemos, por meio de vários estudos, que as políticas públicas direcionadas a tais lugares apresentam controvérsias. No Rio de Janeiro, uma delas, relacionada à segurança pública, são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas em 2008 e que entraram em decadência, principalmente, a partir de 2018. Nesse cenário, a imprensa ocupa papel relevante na disseminação não apenas de informações sobre esses locais e seus habitantes, mas no reforço, muitas vezes, de estereótipos negativos que exacerbam as desigualdades sociais e podem reafirmar a divisão sustentada no imaginário que segrega as favelas da chamada cidade formal.

Ao estudar a representação das favelas e de seus moradores em fotos jornalísticas de “O Globo”, pudemos perceber como a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, enquanto política pública, perpassa o discurso visual desse meio de comunicação de massa, colaborando para o engendramento de imaginários sobre esses lugares, essas pessoas e essa proposta de segurança, direcionando o olhar dos leitores do jornal para uma determinada visão de mundo, conseqüentemente para a formação da opinião pública.

Este trabalho apresenta esse debate a partir dos resultados da análise de 302 fotos jornalísticas sobre favelas cariocas publicadas em “O Globo”, fruto de uma tese de doutorado, focando, neste artigo, na conexão dessa política pública de segurança com o discurso imagético das fotografias do jornal. Inicialmente, não havia interesse específico em estabelecermos relações do discurso fotojornalístico de “O Globo” com as UPPs, entretanto percebemos que tal tema se apresentaria de alguma forma e em algum momento de nossa investigação, a qual se insere no campo da análise do discurso jornalístico, a partir de uma perspectiva semiolinguística (CHARAUDEAU, 2005, 2009, 2010).

Portanto, partimos de uma análise do discurso que busca compreender e descrever o funcionamento dos signos produzidos pela e na sociedade e que nela circulam. Nessa abordagem, discurso compreende o ato de comunicação socio-historicamente determinado, uma maneira de apreender a linguagem, de utilização da

linguagem - como sistema social e histórico de representação do mundo, ou seja, como forma social de comunicação e significação - por sujeitos em dado contexto.

A partir dos discursos que fazem circular, os meios de comunicação de massa contribuem para a construção de subjetividades, de modos de olhar para o outro, logo, de conhecê-lo e julgá-lo, a partir das representações sociais que mobilizam, as quais podem reforçar, muitas vezes, estereótipos negativos sobre determinados grupos sociais. Quando, nesse discurso, percebemos relações com políticas públicas, neste caso da área de segurança pública, conseguimos, ainda, identificar possíveis alinhamentos entre tais propostas e o posicionamento do veículo de comunicação. Tal debate é fundamental no contexto brasileiro, em que existe uma concentração da mídia em poucos grupos, o que contribui para a produção de discursos unificantes e generalizantes, em detrimento do direito a uma comunicação plural e diversa.

Esse cenário é problemático porque, por um lado, reduz a possibilidade de pluralidade de pontos de vista, a independência e a transparência e, por outro, favorece a interferência de interesses econômicos, políticos e religiosos na produção dos conteúdos.

A pluralidade e a independência da mídia são elementos chave da democracia, porque a existência de meios de comunicação diversos, livres e independentes resulta, potencialmente, na circulação de um maior número de informações e de pontos de vista divergentes. A quantidade e a qualidade da informação, a diversidade e o confronto de concepções em circulação são essenciais para que a população faça parte da definição dos rumos do país, acompanhe as ações dos governantes e cobre a realização de suas demandas. Por outro lado, a concentração no mercado de mídia dá aos proprietários dos meios de comunicação uma influência desproporcional na formação da opinião pública e no exercício do poder. Além disso, impede que informações alternativas e pontos de vista divergentes cheguem à população, dificultando o controle social. (BANDEIRA, 2018, p. 34)

Para o recorte do nosso *corpus*, as UPPs foram empregadas como marco temporal. Como fato relevante na definição de políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro, elas não poderiam ser desconsideradas, uma vez que, historicamente, tais políticas sempre estiveram intimamente ligadas ao engendramento de representações sociais sobre as favelas. Sendo assim, o primeiro período verificado, numa análise piloto, foi 2012, por ser a época de instalação do maior número de UPPs no ano desde o início do programa, inclusive na maior favela do Rio, a Rocinha, e

numa das maiores da zona norte, o Complexo do Alemão; na sequência, consideramos o intervalo de dois anos entre os períodos, 2010 e 2014.

O programa das UPPs começou a ser implantado no final de 2008 pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, sendo planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. A proposta seria seguir os princípios da polícia de proximidade, que pressupõe a parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. O objetivo seria retomar permanentemente as favelas dominadas pelo tráfico. Seus idealizadores defendiam o papel da pacificação no desenvolvimento social e econômico das áreas que recebem o programa, ao facilitar a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, além de investimentos privados.

Entre as críticas ao programa, está o fato de a pacificação se fundamentar em uma instituição presa à cultura militar de repressão e punição e a interesses do Estado. Também pesam contra ele o uso de estratégias explícitas de violência e implícitas de controle social, conforme estudos de Bayarri (2015). Para o autor, a cidadania, em vez de um direito universal, apareceria como uma concessão dada pelo Estado aos residentes de favelas. Ele critica ainda os conceitos de ordem e de limpeza, característicos do traço militar, presentes em discursos que propõem limpar a favela, retirando os traficantes, para estabelecer a ordem.

Uma das críticas contundentes da política de segurança pública baseada em UPPs parte de Alves (2014), professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em Ciência Política pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Para ela, as comunidades onde há UPPs instaladas vivem em um estado de exceção, em que as pessoas têm seus direitos constitucionais mais básicos desrespeitados no dia a dia. Para estudar o assunto, a pesquisadora morou por seis meses em três diferentes favelas da cidade².

O fotojornalismo como discurso produtor de sentidos

Na nossa análise das imagens, situamos a fotografia jornalística como discurso visual, logo, com intencionalidades e produtora de sentidos. Empregamos o

² Em agosto de 2013, Maria Helena Moreira Alves publicou, em parceria com o historiador Phillip Evanson, o livro "Vivendo no Fogo Cruzado" (Unesp), em que analisa os impactos das UPPs nas comunidades cariocas.

conceito de fotojornalismo de Sousa (2004, p. 12), que o caracteriza como atividade jornalística que busca “informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista (...) através da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico”. Para o autor, o fotojornalismo tem papel social relevante porque revela, expõe, denuncia, opina, informa, auxilia a conferir credibilidade ao texto verbal, além de permitir contemplar representações do mundo por meio de imagens.

Nesse sentido, também é importante ressaltar o contrato de comunicação entre o veículo jornalístico e seu público, baseado na credibilidade e na veracidade, e a carga de testemunho e verdade que a fotografia de imprensa carrega desde seus primórdios. Como prática de se ver e contar a realidade, como pontuam Tavares e Vaz (2005), o fotojornalismo é um gênero que seleciona e organiza visualmente fatos do mundo, a partir de enquadramentos, ou seja, escolhas discursivas.

A fotografia jornalística, portanto, comporta um aspecto aparentemente objetivo, oferecendo uma ilusão de transparência, que reforça sua credibilidade, diante da noção de testemunho e captação técnica de algo real. Em seus primórdios, a foto se prendia à ideia de reprodução, de imitação, devido a seu caráter analógico. Porém, foi se libertando dessas amarras e dessa marca inseparável da realidade, passando a ser compreendida como discurso portador de sentidos, a partir de escolhas de linguagem, as quais constituem uma proposta de leitura do mundo. No entanto, a ideia de mimese ainda repercute num discurso jornalístico que se apresenta como verdadeiro e digno de credibilidade.

Compreender essa dimensão das fotos de imprensa é relevante, porque muitas pessoas só têm acesso a determinadas informações através dos meios de comunicação, uma vez que não temos a experiência do vivido, apenas o acesso mediado. No caso das favelas do Rio de Janeiro, é possível que boa parte dos leitores do jornal “O Globo”³ não conheça de perto uma dessas comunidades, a não ser por meio do que recebem pela mídia.

³ O jornal diário “O Globo” existe desde 1925, pertence ao Grupo Globo, de propriedade da família Marinho. Segundo pesquisa de 2014 da revista “Forbes”, a família Marinho, detentora do Grupo Globo, seria a mais rica do Brasil, com fortuna estimada em US\$ 28,9 bilhões. O Grupo é o maior conglomerado de mídia da América Latina.

O público-alvo de "O Globo", atualmente, são pessoas das classes B (50% dos leitores) e C (28% dos leitores) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, distribuídas por diversas faixas etárias, a maioria com curso superior (39%) e médio (22%)⁴. No momento de realização da pesquisa, o veículo atingia majoritariamente as classes A e B. Essas pessoas, ao verem a favela e os moradores de favelas retratados pelo jornal, informam-se, conhecem o tema e formam opinião sobre ele, a partir das representações sociais mobilizadas nesse discurso. Devido ao contrato jornalístico de credibilidade e veracidade, juntamente com o caráter de testemunho e a ideia de reprodução da realidade, o veículo pode produzir um efeito de real por meio da fotografia jornalística, capaz de reforçar a crença de que aquele lugar e aquelas pessoas são tal qual o jornal apresenta.

O risco, aqui, é a mídia manter um olhar simplificador que, segundo Derville (1997), recorreria a categorias generalizantes, uniformizantes, que deixam de revelar a diversidade de experiências, condições, perspectivas possíveis, fazendo circular discursos estereotipados e estigmatizantes. O autor verificou que as periferias são noticiadas, em grande parte, quando palco de acontecimentos dramáticos ou espetaculares.

Desde o surgimento das favelas no Rio no final do século XIX e início do XX, passando por seu desenvolvimento até os dias atuais, foram sendo construídas e disseminadas representações sociais sobre esses espaços urbanos e seus habitantes. Nesse cenário, a imprensa foi um dos produtores dos discursos que faziam tais representações circularem. Estudos de Valladares (2005) mostram que a elaboração dessas representações sociais remonta a textos e imagens legadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX, de diferentes tendências ideológicas e políticas, que, amplamente divulgados naquele momento, atuaram na criação de um imaginário coletivo sobre as favelas e seus moradores, a partir de um viés que opunha favela e cidade, morro e asfalto.

A título de exemplo, vale lembrar que, com a disseminação da ideologia higienista no final do século XIX, habitações populares na região central da cidade passaram a ser vistas como problema, e políticas públicas se direcionaram para o extermínio dos cortiços desses locais, considerados lugar de pobreza,

⁴ Infoglobo.

vagabundagem, crime, epidemias, ameaça, e cujos moradores pobres eram associados a classes perigosas (CAMPOS, 2007). Em 1886, a iniciativa de remoção ganha reforços com o Conselho Superior de Saúde Pública e a pressão do governo para expropriar os cortiços e destruí-los. Um marco nas ações do poder público foi a destruição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, o maior da cidade, no local onde futuramente passaria a atual avenida Rio Branco, como lembra Campos (2007).

A gestão mais emblemática no quesito remoções foi a de Pereira Passos (1902-1906), o prefeito bota-abaixo, que implementou a reforma urbana do Rio de Janeiro, quando cortiços, casas de cômodos e ruas estreitas sumiram do mapa. Essas mudanças demonstram, segundo Campos (2007), um projeto de nação homogênea em busca de legitimação, baseado em padrões da cultura europeia.

O Plano de Reforma Urbana, concebido pelo urbanista francês Alfred Agache, no final dos anos 1920, por exemplo, propunha remover populações de favelas e operários para habitações coletivas próximas às zonas industriais nos subúrbios, a fim de promover a extensão, a renovação e o embelezamento da capital do Brasil⁵. Para Silva e Barbosa (2005), medidas como essas acabam por fixar o lugar do pobre, a ordenar a cidade de forma a separar as classes sociais.

Silva e Barbosa (2005) apontam que foi apenas nos anos 1930, durante o Governo Vargas, que, pela primeira vez, o favelado não é visto como obstáculo, e as favelas, bem como a necessidade de melhoria das condições de vida de seus habitantes, são levadas em conta pelo poder público, embora a postura higienista e civilizatória tenha se mantido, bem como o discurso estruturado por representações da pobreza e juízos de valor. Para Parisse (1969), a favela só vai começar a marcar a paisagem carioca a partir de 1933 e a chamar atenção, de fato, depois de 1940.

Em 1937, a existência das favelas como um tipo de espaço urbano presente no território do então Distrito Federal foi reconhecida oficialmente com o Código de Obras do Rio de Janeiro, que se refere a elas como habitações anti-higiênicas, portanto, como objeto de intervenção, um problema a ser administrado. Ao longo do tempo, verifica-se que a maioria das condutas públicas envolvendo esses locais contempla ações de remoção/transferência, geralmente não consensual, política

⁵ Apesar de oficialmente aprovado, o projeto de Agache não foi executado devido às mudanças acarretadas pela Revolução de 1930.

sustentada, de acordo com Campos (2007), por discursos indiretos: o da insalubridade, para cortiços no século XIX e favelas no século XX; o do alto risco ambiental, para comunidades atuais.

Nesse contexto, o discurso da imprensa foi relevante na construção de imaginários sobre a favela ao longo do tempo, apresentando-a como um outro mundo separado da cidade, lugar de pobreza e marginalidade. Silva e Barbosa (2005) levantam uma série de exemplos dessas publicações, que também apontam posicionamentos em relação às políticas públicas da época.

Em 1909, a revista *Careta*, na reportagem *O Rio desconhecido* dizia que, apesar de ter pessoas honestas, a favela era um antro de marginais e que deveria ser arrasada em nome da decência e da higiene; em 1927, o documentário *Como vivem os habitantes da Favella*, de Mattos Pimenta, responsabilizava o Morro pela corrosão da capital e de sua beleza, como lugar sujo, promíscuo e de horror. Em 1926 e 1927, uma campanha contra as favelas em prol da modernização e do embelezamento do Rio ocupou as páginas dos principais jornais da cidade, sustentada pelo Rotary Club, que reunia importantes setores econômicos da sociedade, conforme pesquisa de Valladares (2005). Diante das políticas remocionistas e da construção de parques proletários, o jornal *O Globo* assim se manifestava em novembro de 1941: “Fora da lei os donos das favelas! Vai ser derrubada a primeira cidade de folha-de-flandres e em seu lugar surgirão casas higiênicas para a população mais pobre do Rio” (PARISSE, 1969, p. 68-69)⁶. (BARCELOS, 2016, p. 104)

A partir dos anos 1980 até a década de 2000, Baiense (2014) identifica algumas transformações no discurso jornalístico sobre as favelas cariocas, em análise dos veículos “O Globo” e “Jornal do Brasil”. Até meados dos anos 1990, a favela era enquadrada como lugar de ausência e os favelados, como vítimas da sociedade. Com o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas, a cobertura jornalística adota tom espetacular, apresentando as favelas como lugar de risco. A autora destaca que o imaginário da favela como lugar da violência decorre de múltiplos fatores, como a territorialização desses locais pelos traficantes e o aumento da criminalidade nos centros urbanos, porém ressalta o papel preponderante da mídia para reproduzir e fixar essa visão.

Em nosso estudo de doutorado, a partir do levantamento de referências bibliográficas diversas sobre o tema, percebemos que o surgimento e o desenvolvimento das favelas cariocas foram acompanhados de visões sobre esses

⁶ Cf.: PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro**: evolução – sentido. Rio de Janeiro: PUC, 1969.

locais e seus habitantes, produzindo e consolidando uma memória discursiva sobre eles e seus respectivos imaginários, associados a pobreza, desorganização e perigo. As "soluções", via políticas públicas, geralmente, relacionavam-se a processos de remoção e repressão. Um dos imaginários que repercute ainda é o de local de perigo. O que nos ajuda a entender as relações discursivas jornalísticas que envolvem favelas e UPPs.

Com o aumento da taxa de homicídios, roubos e outros crimes na cidade do Rio de Janeiro e com o domínio territorial das favelas pelo tráfico de drogas, cresce a associação entre criminalidade e pobreza. A mídia oscila entre defender políticas para reduzir as desigualdades e aumento da repressão policial, colaborando para a circulação de discursos que advogam o uso da força e da violência no combate ao crime. Nos anos 2000, eleva-se a sensação de insegurança no Rio de Janeiro, e o discurso da mídia, segundo Baiense (2014), foca naquele que está fora da favela como vítima.

As UPPs, as favelas e a imprensa.

Se consideramos um contexto em que impera a cultura do medo e a estigmatização das favelas, uma política pública de pacificação surge como "solução ideal". Segundo Baiense (2014), a imprensa enquadra o caráter pacífico das operações policiais e o Estado como agente que vai libertar a sociedade do tráfico e incorporar as favelas à cidade. O enquadramento midiático, portanto, dá-se a partir da criminalidade e das UPPs como solução para a violência urbana, do viés da segurança pública. A autora lembra que, quando se propõe pacificar, pressupõe-se que há uma guerra: um estado de guerra e um território em guerra.

Para a tese de doutorado, fizemos um levantamento de vários estudos que relacionam favela e UPPs, antes da análise de nosso *corpus*⁷. Buscaremos, aqui, apresentar alguns deles e suas conexões, para auxiliar na compreensão do processo de produção de sentidos envolvendo UPPs, favelas e mídia.

Bayarri (2015) ressalta que a incorporação do conceito de pacificação contribui para a construção de uma fronteira via estigma entre os membros "normais"

⁷ Esclarecemos que, a partir deste trecho deste artigo, trazemos, de modo adaptado, o texto de nossa tese, para evitar citações excessivas da própria autora, destacando que tais informações estão disponíveis na tese completa, no repositório de teses da biblioteca da UFMG.

de uma favela e os criminosos, provocadores da desordem, posicionando estes últimos como origem-raiz das carências nas favelas. O pesquisador aborda a questão do imaginário da violência que pesa sobre tais espaços urbanos, devido à generalização que as torna homogêneas, a despeito das várias diferenças existentes entre e no interior delas, remetendo a representações sociais que se cristalizaram com o tempo. Ele destaca que as próprias políticas aplicadas seriam consequência desse imaginário. Ao generalizar, aplicar-se-iam políticas homogêneas, considerando igual qualquer lugar sem a presença do Estado, mas com presença de tráfico armado, sem levar em conta suas diferentes realidades. Para o autor, a política das UPPs seria cega a esse perfil múltiplo, reduzindo à essência seu sistema classificatório, o qual enquadra a favela como espaço onde vivem pobres, potenciais criminosos.

Por outro lado, Burgos *et al.* (2011) apontam que a subordinação da agenda social à policial, a se seguir à ocupação, com a promoção do acesso a iniciativas de inclusão social, tenderia a gerar uma desconstrução da favela como local por excelência da criminalidade. Assim, o acesso à cidadania passaria a se confundir com o discurso da pacificação. Além disso, os autores discutem que as UPPs obrigaram o discurso político a complexificar o debate em torno da segurança pública, ao focarem no objetivo de acabar com a circulação de armas nas mãos dos traficantes nas comunidades, em vez da pretensão de acabar com o tráfico.

A cobertura dos jornais "O Globo" e "O Dia" sobre a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão em 2010 foi objeto de análise de Matheus e Silva (2013) e nos auxilia nesse processo de compreender as representações midiáticas. Os autores verificaram que as reportagens sobre esse acontecimento situaram o morador da favela como vítima, libertada pelo Estado do domínio do tráfico. Eles ainda mencionam que os jornais, até 2013, não admitiam sinais de suspeição sobre a eficácia do projeto das UPPs. Tal percepção se aproxima daquela apontada por Baiense (2014) e Rocha (2010). O estudo apresenta algumas fotos jornalísticas para exemplificar o discurso dos jornais, nas quais o traficante é visto como responsável pela "guerra", os policiais surgem como guerreiros e heróis, como emissários da paz, e os favelados, como pessoas que agora estão livres do tráfico e podem voltar a ter esperança.

A relação entre a instalação das UPPs, os megaeventos no Rio e as representações das favelas e dos favelados também traz elucidações. Palermo (2013) verificou o discurso do governo sobre as UPPs na mídia carioca e o conteúdo do Dossiê da Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O autor concluiu que há um objetivo não declarado do projeto das UPPs, presente nos não ditos, de vigilância e controle das comunidades que recebem essas Unidades de Polícia, o qual revela uma faceta de continuidade do tratamento das favelas como problema, tanto territorial quanto de violência. Para ele, opera-se a partir de uma representação estigmatizada das favelas como ameaça, como iminente perigo social, logo, como locais que precisam ser vigiados e controlados pelo Estado via força policial.

Já Hoff e Blanco (2020) entendem que os megaeventos no Rio entre 2007 e 2016 favoreceram a ideia de que a cidade necessitava, com urgência, de intervenção em nome da segurança nacional e internacional. Para os autores, “as UPPs não são entendidas apenas como iniciativas voltadas à diminuição da violência urbana e à promoção da segurança pública, mas como dispositivos de governo direcionados a moldar e adequar a cidade, sobretudo as favelas cariocas e a sua população” (HOFF; BLANCO, 2020, p. 4). Eles concluíram que as UPPs significaram uma crescente militarização da vida na cidade, especialmente nas favelas, a partir da concepção desses espaços urbanos como uma cidade falida, noção que fomentou o uso do aparato militar como forma de resposta à violência pelo viés da intervenção.

Nesse sentido, as UPPs se voltaram muito mais a práticas de governo, como condução das condutas, por meio do policiamento permanente das favelas, do que à construção de políticas públicas que visassem à diminuição das desigualdades no Rio de Janeiro. A categoria histórica de pacificação colaborou para a implementação de uma política de alteridade, na qual o “outro” – o favelado carioca – é tratado como um criminoso em potencial, tornando-se passível de políticas repressivas de correção por parte do Estado. (HOFF; BLANCO, 2020, p. 37)

Também sobre o discurso da mídia envolvendo UPPs, megaeventos e segurança pública, o artigo de Freitas et al. (2010) reforça a mudança de enfoque que os veículos de comunicação adotaram na construção de um imaginário de paz e felicidade. Na análise comparativa das coberturas do réveillon (2008/2009 e 2009/2010) e do carnaval (2009 e 2010) pelos jornais “O Globo” e “Jornal do Brasil”, o estudo mostrou que o discurso da violência, com textos sobre denúncia de balas

perdidas na orla, violência em Copacabana e a festa de ano novo dos traficantes, foi substituído por um discurso de alegria e tranquilidade, com destaque para a presença das UPPs na zona sul e a garantia da segurança e paz. No carnaval de 2010, não houve notícias de violência urbana.

Esses resultados encontram ressonância nas discussões de Burgos *et al.* (2011), que apontam como as UPPs receberam apoio da grande mídia, peça-chave na visibilidade e no discurso de êxito do programa e relevante na obtenção do apoio da opinião pública. Os autores citam que, desde o início, logo após a ocupação da primeira favela, a grande imprensa já conferia projeção à UPP desproporcional ao seu alcance na época. Relacionados ao apoio da mídia, encontram-se o apoio do empresariado e a preparação do Rio para receber megaeventos internacionais, com a consequente oportunidade de negócios que vem na esteira desses eventos.

Percebemos que o discurso da mídia é capaz de colaborar para o fortalecimento do discurso da força como solução, o que pode gerar aceitação e apoio das ações policiais por parte de segmentos da população. Porém, é possível compreender que a imagem do morador de favela passou por ressignificações, do miserável, do marginal em potencial, para a vítima do tráfico, apontados por estudos como os de Silva e Barbosa (2005), Baiense (2014), Matheus e Silva (2013) e Rocha (2010). Tal discurso também se apoia na busca da construção de uma imagem das forças policiais como heroicas, instrumento do Estado para a retomada da liberdade, o que poderia continuar reforçando o discurso do uso da força, porém pelo viés do “salvador” em vez da insegurança.

Em dezembro de 2018, as UPPs completaram uma década. A Lupa, agência de checagem de informações, fez um balanço desse período: entre 2008 e 2014, foram inauguradas 38 UPPs. Depois, com a crise financeira que atingiu o estado, os investimentos no programa caíram significativamente. Com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro em fevereiro de 2018, houve alteração de funcionamento de diversas UPPs e extinção de algumas, cujo efetivo foi incorporado aos batalhões dos bairros onde se localizavam. Outras se converteram em companhias destacadas, que são unidades ligadas a um batalhão fora da comunidade. A reportagem identificou que o poder paralelo se manteve, bem como a violência:

Um estudo publicado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) em julho de 2017 mostrou que, em 2015 e 2016, em 843 áreas do estado do Rio de Janeiro havia “presença ostensiva de criminosos”. O levantamento cruzou números e locais de ocorrências de letalidade violenta – quando há vítima fatal decorrente de agressão deliberada – e, assim, identificou áreas em que havia controle ilegal do território por facções criminosas. (RESENDE, 2018, online)

Todavia, relatório publicado em 2013 pela Organização das Nações Unidas demonstra que houve queda nas taxas de homicídio e roubos desde o início das UPPs, em áreas onde o programa existia. Estudo de 2012, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apontou que houve redução nas taxas de mortes violentas em comunidades com UPPs (RESENDE, 2018).

Aporte teórico-metodológico

Nossa base teórica da Análise do Discurso é a Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2005, 2009, 2010), a qual considera o processo de interlocução entre as instâncias de produção e recepção, que se encontram subordinadas a um conjunto de restrições e a um contrato de comunicação, mas também possuem um espaço de liberdade no qual podem utilizar uma série de estratégias discursivas em busca de determinados efeitos. Charaudeau (2005) aponta dois pontos-chave dessa teoria: a) a construção e a configuração do sentido são realizadas por um sujeito intencional, que possui um projeto de influência e situa-se em determinado quadro de ação; b) a matéria da forma que contribui para essa construção/configuração do sentido é linguística.

Para a construção de nosso percurso metodológico, buscamos apoio em vários autores, a fim de estabelecermos categorias de análise que atendessem aos objetivos de pesquisa. Um deles foi Barthes (1990), ao considerar diferentes sistemas simbólicos no âmbito da linguagem e ao propor a análise em duas dimensões da mensagem: uma apresentada pela superfície da imagem, pela cena retratada; e outra que precisa ser desvelada a partir da identificação de signos de conotação, como tema e enquadramento, por exemplo, que nos ajudam a aceder à mensagem simbólica, perpassada por saberes. Logo, nosso estudo se direciona para a fotografia jornalística no âmbito da linguagem e do discurso, cujos sentidos poderão ser investigados a partir tanto do plano da expressão quanto do conteúdo, com base em uma memória discursiva, em uma cultura visual e em universos de saberes partilhados.

O percurso proposto por Gervereau (2004, 2008), o qual contempla três etapas de análise - descrição, contexto e interpretação – também foi bastante relevante. O autor propõe valorizar os elementos técnicos e o contexto como categorias de análise. A primeira fase consiste em levantar as características da imagem a partir das metas de pesquisa; a segunda irá qualificar o objeto de estudo levando em conta os contextos de criação e da sociedade; e, por fim, a análise consistirá no uso dos resultados obtidos nas fases anteriores, que orientarão a interpretação e resguardarão o trabalho do pesquisador de conclusões prematuras e de contrassensos.

A descrição temática consiste numa primeira leitura, pois inclui um inventário dos elementos representados e a verificação se algum deles é emblemático, se remete a símbolos partilhados socialmente. Esse último aspecto, para nossa pesquisa, é essencial: passamos por essa primeira leitura do tema da foto e buscamos regularidades e diferenças entre as fotografias, capazes de nos dar pistas sobre a construção dos sentidos e a existência de traços pertinentes às estratégias de discurso. Alguns desses rastros vêm da análise quantitativa; outros decorrem da observação minuciosa de cada foto pelo pesquisador e da contraposição entre elas. Em relação ao contexto, para nós, é relevante aquele da época de produção das imagens, que se encontra relacionado intimamente à instalação das UPPs, e as intencionalidades da instituição responsável pela produção e difusão das fotos, nomeadamente o jornal "O Globo", com seu alcance e seu público alvo.

Nesse âmbito, destacamos que os Princípios Editoriais do Grupo Globo, lançados em 2011, apontam para um jornalismo "isento" e "sem viés", o que, na verdade é uma impossibilidade inerente à própria linguagem. Além disso, sabemos que o sistema de mídia brasileiro se caracteriza pelo monopólio familiar dos meios de comunicação, pela pequena diversidade externa do ponto de vista político e pelo viés conservador. Isso pode ser confirmado pelos estudos de Azevedo (2006, p. 90), que identificou, na grande imprensa, "um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes"⁸.

⁸ O autor chama de "públicos fortes" aqueles "constituído pelos grupos que possuem recursos políticos, simbólicos ou econômicos suficientemente fortes para produzir agendas e tomada de decisão e influenciar a opinião pública" (AZEVEDO, 2006, p. 98-99).

Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral (AZEVEDO, 2006, p. 95)

Estudos como os de Azevedo (2006), bem como o entendimento de que a opinião de “O Globo” expressa o posicionamento da família Marinho e os interesses com os quais se alinham, ajudam-nos a perceber as relações da mídia brasileira com a política e seus direcionamentos e intencionalidades. Sabemos que esse posicionamento acaba por interferir, mais ou menos explícita ou implicitamente, nos enfoques jornalísticos de várias editorias. Esses aspectos precisam ser considerados na análise das fotos selecionadas.

Buscamos, ainda, apoio na grade de análise apresentada por Mendes (2013), que concebe duas macrodimensões a serem analisadas, a partir de referências da teoria Semiolinguística, de aspectos da Retórica e de apontamentos de Aumont (1993)⁹. A primeira é a situacional, que engloba os sujeitos do discurso, o gênero de discurso e seu estatuto factual, ficcional ou de mentira, e os efeitos de real, de ficção e de gênero. Para nossa pesquisa, interessa-nos conhecer, além do gênero, os sujeitos da troca linguageira, para entendermos em qual quadro comunicativo o discurso se situa, a partir de quais intencionalidades e com base em qual contrato. Trabalhamos com o gênero fotojornalismo, cujas características implicam determinadas estratégias discursivas, como, por exemplo, sua proximidade com o referencial e sua noção de testemunho, que conferem efeito de real ao discurso.

Outra macrodimensão é a retórico-discursiva, subdividida em duas categorias: elementos técnicos-icônicos, como aspectos plásticos, planos e ângulos; e dimensão de organização discursiva e de efeitos: modos de organização do discurso icônico (descritivo, narrativo e argumentativo), imaginários sociodiscursivos, efeitos etóticos e patêmicos. Optamos por trabalhar com planos e ângulos como geradores de sentido, e com os imaginários sociodiscursivos¹⁰, como elementos significativos na construção de visões de mundo sobre as favelas cariocas.

⁹ AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

¹⁰ Imaginários sociodiscursivos são formados pelos “discursos que circulam nos grupos sociais e se organizam em sistemas de pensamentos coerentes criadores de valores” em um determinado domínio de prática social, “assumem um papel de justificação da ação social e se depositam na memória coletiva” (CHARAUDEAU, 2007, p. 54).

Além desses dois âmbitos, a grade contempla dados paraimagéticos que, em nosso caso, são o discurso verbal, especificamente títulos e legendas das fotografias selecionadas, os quais servem de apoio para nossa análise, além do tema da pauta e do contexto sócio-histórico das favelas na época de produção das fotos.

Charaudeau (informação verbal)¹¹ recomenda um percurso de análise de imagens semelhante à de vários autores citados: verificar o conteúdo, a *mise en scène*, ou seja, o tema, a organização do conteúdo na materialidade (personagens, ambiente, relação entre personagens, olhares, gestualidades etc.), as hipóteses de expressão de sentimentos; e, na sequência, a morfologia (planos, ângulos, cores etc.). Então, aconselha a observar as recorrências de relações entre as características do conteúdo e da morfologia. O ponto de partida da análise seria a descrição, seguida da apresentação, quando já se trabalha com as categorias definidas pelo pesquisador e, por fim, a articulação entre ambos levaria à interpretação. O autor também propõe a verificação do engendramento de imaginários sociodiscursivos nos e pelos discursos, como instrumento de desvelamento dos sentidos possíveis.

Criamos, enfim, cinco categorias para análise das fotos selecionadas: a) tematização (tema da pauta); b) figuração da cena (o que a superfície da imagem mostra); c) linguagem fotográfica (planos e ângulos); d) intericonicidade (relação entre imagens); e) imaginários sociodiscursivos (visão de mundo proposta a partir da mobilização de representações sociais no e pelo discurso). Na análise, a conexão entre as diversas categorias nos permite verificar os sentidos possíveis.

Todas as imagens foram digitalizadas e classificadas em grades com as seguintes informações: data, seção do jornal onde foi publicada, página, local fotografado, nome do fotógrafo, tema da pauta, manchete da matéria jornalística que a acompanha e legenda da foto¹².

O que nosso *corpus* mostrou

No estudo de 302 fotografias de favelas cariocas publicadas em “O Globo” em setembro, outubro e novembro, dos anos 2010, 2012 e 2014, identificamos que as UPPs ocuparam boa parte das pautas, sendo um forte critério de noticiabilidade no

¹¹ Informação verbal em comunicação pessoal em 3 de novembro de 2014, em Paris, durante estágio doutoral pela Capes.

¹² O material – tabela e fotos do *corpus* – pode ser consultado no drive por meio do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1UrrTk4PINzZqukTXxwUdXdZ6Gt57yaR?usp=sharing>.

período investigado. Os temas mais presentes foram tráfico de drogas (41%), a maior parte com foco no combate a esse tipo de crime; UPPs (26%), com diversos enfoques, e Eleições (12%), já que nosso recorte acabou por contemplar períodos eleitorais. Fundamental ressaltar que a ação policial perpassa todas essas coberturas. Podemos inferir que, como as UPPs geralmente estão ligadas ao combate ao tráfico de drogas nas comunidades ditas pacificadas, a maior parte do enquadramento dos temas as engloba.

Figura 1 – Exemplos de fotos que mostram a ação das forças de segurança pública no combate ao tráfico; operações realizadas na Favela do Jacarezinho



Fonte: Jornal "O Globo": 24/11/2010, Rio, p. 18, foto Paulo Nicolella; 25/11/2010, p. 16, Rio, foto Luiz Alvarenga; 25/11/2010, Rio, p. 16, foto Gabriel de Paiva; 26/11/2010, A Guerra do Rio, p. 5, foto Guilherme Pinto; 13/10/2012, Rio, p. 9, foto Pablo Jacob; 17/10/2012, Rio, p. 12, foto Marcelo Theobaldo

Entretanto, temos que levar em consideração a especificidade de um acontecimento de 2010, que foi a ocupação da Vila Cruzeiro e do Alemão, o qual contribuiu para a elevação do número de imagens referentes ao tema combate ao tráfico de drogas, ou como o nome da vinheta do jornal "O Globo" diz, "A Guerra do Rio", diretamente associada à dicotomia paz e guerra. De qualquer maneira, mesmo se não levássemos em conta a cobertura maciça da tomada dessas comunidades pelas forças de segurança pública, esses três temas – tráfico, UPP e eleições – ainda seriam os mais presentes na cobertura do jornal no período analisado, nessa ordem.

Verificamos que o tema UPP aparece majoritariamente em cenas da vida cotidiana e de policiamento, porém de maneira bem menos ostensiva que nas imagens sobre tráfico de drogas. A iconicidade nos aponta uma vida tranquila na maior parte das favelas fotografadas, em que os habitantes convivem bem com a

polícia e podem seguir suas rotinas. Ao olharmos para essas cenas, o imaginário da tranquilidade e da segurança pode ser acessado, no entanto, associado ao tema pacificação, o que nos leva a estabelecer conexões do tipo favela-polícia-paz. Os moradores aparecem como protagonistas mais vezes, geralmente para ilustrar essa tranquilidade e os benefícios da UPP para suas vidas, e também em fotos onde não vemos a presença policial.

Figura 2 – Cobertura fotográfica do tema UPP no Morro do Cantagalo, na Zona Sul, focou em cenas cotidianas, como ocorreu em outras comunidades



Fonte: Jornal "O Globo": 07/10/2010, Zona Sul, p. 18 (quatro imagens), fotos Felipe Hanover; 08/10/2012, Segundo Caderno, p. 3, foto Marcos Ramos; 11/11/2012, Rio, p. 32, foto Fábio Rossi

Desse modo, parece-nos que o jornal teria um projeto de fala claro de defesa desse modelo de segurança pública que contempla a instalação de UPPs como solução para a questão do tráfico. As imagens de "O Globo" buscaram, na maioria dos casos, apontar o lado positivo das Unidades Pacificadoras. Apesar de também publicar imagens de ações militares de implantação dessas Polícias, elas são em menor número quando a pauta é especificamente a UPP.

Além disso, se considerarmos a linha editorial do jornal "O Globo", podemos inferir um posicionamento favorável a esse tipo de política pública, o qual interfere na escolha de o que e como publicar, com qual intenção. Apesar de se colocar como um veículo voltado para o interesse público, não se diz claramente o que seria esse interesse, como mostram estudos de Moreira (2006). Ficam claros a defesa da economia de mercado, o apoio declarado a candidatos a cargos eletivos em editoriais

e a programas e ideias que se coadunem com os princípios do jornal, porém sem aprofundamento no que implicariam essas posições.

No caso das cenas com operações militares ostensivas, geralmente a pauta é combate ao tráfico de drogas, mesmo que tais ofensivas sejam para que possam ser instaladas, futuramente, UPPs naquelas favelas, como foi o caso da ocupação da Vila Cruzeiro e do Alemão. Esse foi o acontecimento de maior visibilidade tanto pela dimensão da operação, quanto por sua cobertura espetacular. Parece-nos que o jornal funcionou como uma "vitrine" que exibiu a capacidade do Estado para agir, sua força e o sucesso ao "vencer a batalha", como constatamos nas análises do tema tráfico. A cobertura desse acontecimento teria funcionado como uma espécie de modelo do potencial do Estado para lidar com situações desse tipo, uma narrativa exemplar para servir de lição.

Figura 3 – Exemplos de fotos da cobertura das operações na Vila Cruzeiro, publicadas no caderno "A Guerra do Rio", focadas na demonstração do poderio das forças de segurança e que acessam o imaginário da guerra



Fonte: Jornal "O Globo", "A Guerra do Rio": 26/11/2010, capa, foto Gabriel de Paiva; p. 2, foto Pablo Jacob; p. 2, foto Domingos Peixoto; 29/11/2010, p. 6, foto Fernando Quevedo

Do grupo de imagens que focam na pauta UPP, encontramos apenas quatro que exibem um aparato militar mais potente, que pode ser ligado ao imaginário da guerra. Dessa forma, parece haver uma separação na cobertura jornalística e fotográfica que associaria operações de guerra a combate ao tráfico, e cenas de tranquilidade, segurança e convivência pacífica a UPPs. Interessante haver essa divisão nos tipos de cobertura, já que os temas tráfico e UPP são intimamente

conectados. Essa estratégia discursiva poderia revelar a intenção implícita de promover as associações que citamos, numa possível defesa desse programa de segurança pública para favelas do Rio.

Como as UPPs envolvem forças policiais, é importante mencionar que, do total das fotografias do *corpus*, cerca de 40% trazem a presença de forças de segurança pública, seja retratando militares em operações especiais ou em policiamentos de rotina, ou destacando veículos da corporação, entre carros e blindados. Se somarmos as fotos que trazem policiais efetuando a prisão de criminosos, o número de fotos com as forças de segurança sobe para 50% aproximadamente.

Das fotos com a presença de forças de segurança, em cerca de 60% elas aparecem em cenas onde há moradores, sejam estes como atores ou como figurantes. Nos outros 40%, vemos apenas a presença da polícia, tanto em fotos com indivíduos ou grupos fardados, quanto acompanhados de veículos a trabalho, sejam eles viaturas ou blindados.

Identificamos que as forças de segurança pública reúnem duas categorias de imaginários: o da segurança e o da cordialidade, que acabam se conectando a outros. Na primeira, entram imagens que mostram a supremacia dos militares, seja por seu aparato bélico, por cenas de ação, pela prisão de criminosos; na segunda, vimos momentos em que residentes e policiais se integram por meio de gestos cordiais ou de uma convivência pacífica, a despeito das operações que ali ocorrem. Esses aspectos foram as principais regularidades encontradas no grupo de imagens analisadas em relação à presença das forças de segurança pública.

Figura 4 – Exemplos de fotos com cenas de cordialidade



Fonte: Jornal "O Globo": 30/11/2010, p. 21, fotos Márcia Foletto e Pablo Jacob

Percebemos também que as cenas de ação militar, as quais resgatam imaginários ligados à guerra, foram mais comuns em favelas da zona norte, enquanto, na zona sul, predomina a ideia de calma, estabilidade e convivência pacífica. Isso pode passar ao leitor a visão de que as favelas da zona norte sejam muito mais perigosas que as da zona sul, onde mora parte das classes A e B da cidade. Tal modo de apresentação pode colaborar para a construção de um imaginário de paz na zona sul, passando tranquilidade para o público do jornal que mora nessa região ou a frequenta, já que, em locais como Rocinha, Santa Marta, Cantagalo e Babilônia, “já pode subir” e até “se misturar”.

A ideia de cidade partida parece ir além da dualidade morro e cidade formal, pois haveria também uma divisão entre o que acontece próximo dos leitores da zona sul, e distante, na zona norte, enquanto a zona oeste permanece praticamente invisível nas coberturas, realizadas de modo bastante pulverizado.

Ao refletir sobre as imagens dos militares em ação, visualizamos algumas subcategorias: operações de guerra, prisões e policiamento cotidiano. Além dessas três, também trabalhamos com integração com a comunidade. Assim, acreditamos cobrir os dois imaginários que identificamos de modo mais explícito.

Na subcategoria operações de guerra, agrupamos as imagens que trazem tanques e cenas de ação com armamento ostensivo. Os imaginários bélicos são mobilizados em grande parte delas, pela exibição de tanques e outros veículos pesados, helicópteros, fuzis, uniformes e capacetes. Muitas imagens mostram vários policiais em ação, passando a ideia de que o efetivo é grande na operação, colaborando para um imaginário de supremacia e de força. Também fortalece esse ponto de vista o fato de muitas cenas revelarem ação, movimento.

Figura 5 – Exemplos de imagens de operações de guerra: cenas de ação, no Complexo do Alemão, em 2010, que retratam as forças de segurança e seu poderio bélico





Fonte: Jornal "O Globo": 27/11, capa, foto Marcelo Piu; 27/11, Rio, p. 22 (duas imagens), fotos Domingos Peixoto; 28/11, capa, foto Paulo Nicolella; 26/11, A Guerra do Rio, p. 16, foto Jorge William; 29/11, A Guerra do Rio, capa, foto Domingos Peixoto.

Ao olharmos para as fotos em que aparecem tanques e blindados, se não soubéssemos o contexto, ficaria difícil imaginar que se trata de uma operação numa cidade que não está em guerra, pois o que as imagens passam é um verdadeiro aparato bélico de grande porte, que acessa outras imagens já vistas de guerras pelo mundo afora. Como sabemos que o país não está em guerra, é impressionante verificar que esse tipo de arsenal é mobilizado numa operação urbana em determinados pontos específicos de uma cidade: as favelas. Dessa maneira, promove-se uma associação entre guerra e favela, que pode naturalizar um discurso que apresenta esse tipo de ação nesses locais como necessária, ao mesmo tempo em que reforça a representação social de favela como local de perigo (assim como numa guerra) e violência, decorrente desse estado de coisas, além de fortalecer o discurso da necessidade da chamada pacificação. Afinal, paz e guerra são lados de uma mesma moeda.

Portanto, ao nos depararmos com a exibição da favela como um cenário de guerra, podemos acessar discursos recorrentes que veem esses aglomerados como problema a ser solucionado, como local de marginalidade, de ameaça. Essa relação interdiscursiva pode reforçar o imaginário da favela como outro lugar, diferente de "nós", que precisa de alguma solução. E, historicamente, temos visto que as políticas públicas têm se voltado para remoções e repressão policial, que não solucionam a raiz da questão, arraigada nas desigualdades sociais e na ausência de ações do Estado que garantam a cidadania dos residentes em favelas e periferias, bem como no fortalecimento do tráfico de drogas e na corrupção que envolve a polícia e a própria política.

Em relação ao policiamento cotidiano, sem operações táticas, ocupações e ações do gênero, em que os militares se encontram no ambiente da favela em seu dia a dia, chama atenção o fato de os moradores conviverem com essa presença

constante como se isso fosse a regra e não a exceção. Em várias fotos, as pessoas parecem seguir sua rotina, a despeito da presença da polícia. Esse tipo de discurso imagético pode engendrar um discurso de naturalização da situação, como se fosse comum ter policiais todos os dias na sua rua e na porta de sua casa. Essa postura dos residentes é encontrada tanto em fotos que exibem policiamento cotidiano quanto em algumas de momentos de operações especiais.

Figura 6 - Exemplos de fotos com policiamento de rotina nas favelas do Borel, Santa Marta e Mangueira



Fonte: Jornal "O Globo": 02/09/2010, Esportes, p. 5, foto Alexandre Cassiano; 26/11/2012, Rio, p. 11, foto Domingos Peixoto; 19/10/2014, Rio, p. 34, foto Thiago Freitas

Figura 7 – Exemplos de fotos de prisões



Fonte: Jornal "O Globo": 24/09/2010, p. 21; 29/11/2010, A Guerra do Rio, p. 6, fotos Paulo Nicolella e Pedro Kirilos

O que a maior parte das imagens com presença das forças de segurança parece indicar é que esses atores fazem parte do cotidiano das favelas. Tanto pela quantidade de fotos e de temas nos quais estão envolvidos, quanto pelo modo como são apresentados visualmente. Seja em operações de guerra, seja no policiamento cotidiano, essa figura é constante nesses aglomerados urbanos do Rio de Janeiro. Ao exibir essa presença maciça, pode-se pensar em duas questões: na mobilização de um imaginário de segurança por eles estarem lá, no controle da situação; e/ou na naturalização de uma situação como sendo típica de favelas, representada como local de perigo que necessita de intervenção do Estado. Seja em qual caso for, o

militar aparece como aquele que está no domínio, que tem poder e força, que está preparado para vencer a guerra.

Interessante observar, ainda, que apenas nas fotos em que identificamos momentos de convivência pacífica e cordialidade entre moradores e policiais, há algum tipo de postura ativa do morador, que participa da cena. Nas outras, eles aparecem como figurantes, que caminham, que passam por ali, que observam, como se fosse rotineiro ter militares por todo lado, inclusive fortemente armados. Esses habitantes não são identificados, nem nomeados nas legendas; são anônimos, mais um em meio a tantos. Os protagonistas nessas imagens não são eles, mas sim os policiais.

Algumas considerações finais

A análise das fotos de nosso *corpus*, conjuntamente com o levantamento de referências bibliográficas sobre o tema, conduzem-nos à percepção de que o jornal “O Globo” apresentaria um posicionamento implícito, identificado por meio da análise do discurso das fotos jornalísticas publicadas no período analisado, favorável à política de segurança pública representada pelo programa de Unidades de Polícia Pacificadora.

Grande parte das imagens, observadas em sua iconicidade e em seus aspectos conotativos, indica tal postura, apresentando ao leitor uma proposta de leitura do mundo, a qual entenderia que essa vertente pacificadora – em contraponto com uma situação imageticamente retratada como sendo de guerra – seria uma solução positiva para a cidade. Além disso, esse olhar pode colaborar para manter o estigma das favelas como lugar de crime e perigo, logo, que precisa de intervenção via uso da força.

Observar a presença de tanques de guerra e militares em ação na cidade, como estratégia de ocupação de favelas, validadas por uma política pública de segurança, proporciona a relação com imaginários ligados à violência e ao medo e, ao mesmo tempo, à força e à segurança, dependendo de quem olha a imagem: se mora ou não em favela, por exemplo.

Considerando o público-alvo de “O Globo”, o jornal pode ter um projeto de fala que aponte a força e o poder do Estado em ação, de forma a garantir a segurança de quem mora “do lado de cá”, na chamada cidade formal. O reforço desse tipo de

imaginário fortalece as representações da favela como um lugar perigoso que necessita de intervenção militar, a despeito de outras características do lugar e de seus moradores, além de manter a ideia de cidade partida.

Lembramos, ainda, que a maior parte das fotos do *corpus* foi captada antes da realização da Copa do Mundo no Brasil e que poderia haver intenção de tranquilizar as pessoas quanto à segurança, bem como mostrar que o Estado teria o controle da situação, vide a quantidade de reportagens sobre as UPPs e o processo de pacificação. Mesmo porque, em 2016, ainda seriam realizados os Jogos Olímpicos. A impressão é de que as favelas da cidade estavam sob domínio das forças de segurança pública, sendo a zona norte ocupada por um arsenal bélico e a sul, já pacificada. Fica a sugestão de dar continuidade ao estudo, contemplando esses períodos subsequentes, a fim de entender possíveis mudanças na perspectiva das políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro, principalmente considerando a decadência do programa de UPP, desde 2014 e, principalmente, a partir de 2018.

E, embora nosso estudo considere o período anterior à derrocada do programa, vale a pena retomar esses achados da pesquisa, para que possamos pensar no ambiente pós-UPPs e nas políticas de segurança a partir daí, principalmente num cenário que posiciona a violência nas cidades, de acordo com Hoff e Blanco (2020), no chamado “novo urbanismo militar”¹³, fenômeno internacional que transforma espaços públicos e privados, bem como a população civil, em fontes de alvos e ameaças, contexto no qual os poderes públicos frequentemente empregam a metáfora da guerra como estratégia para enfrentar os conflitos urbanos.

Os autores chamam a atenção para a atuação de grupos ligados ao crime organizado, a gangues e milícias, que, ao serem considerados urgências urbanas pela ameaça que representam, podem

suscitar políticas de enfrentamento à violência cada vez mais ostensivas e repressivas, envolvendo tanto o tradicional uso das forças policiais como o emprego do poder militar em regiões periféricas. Todavia, essas táticas repressivas empregadas com o objetivo de combate à criminalidade tendem a fomentar a sofisticação da atuação dos grupos violentos e, conseqüentemente, a aprofundar a fragilidade da cidade. (HOFF; BLANCO, 2020. p. 16)

¹³ Os autores se baseiam nesse conceito de Grahan (2016, p. 26). Cf.: GRAHAN, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Vale, portanto, verificar, a partir de tais posicionamento dos poderes públicos e da escolha das políticas públicas adotadas, dentro da perspectiva desses autores, como a cobertura jornalística colaboraria para reforçar essas propostas ou não, oferecendo visões de mundo a partir das quais os públicos poderiam se basear para julgar, opinar e agir. Seria um caminho de continuidade desta pesquisa, conectando mídia e políticas públicas, num debate que considere, ainda, que o Brasil se situa num cenário em que cinco famílias¹⁴ controlam metade dos meios de comunicação com maior audiência¹⁵, sendo a maior parte nas mãos do Grupo Globo.

Afinal, uma das bases da democracia é o acesso à informação plural e diversa, com várias vozes em circulação, o que não ocorre num sistema concentrado, ou seja, muitos meios nas mãos de poucos. Juntando a tudo isso a consciência de que os discursos carregam intencionalidades, compreendemos que, quando veiculados por poucos que detêm a maior parte da audiência, a tendência à formação de uma opinião pública com base em posicionamentos únicos é muito maior. Nesse sentido, as representações sociais mobilizadas por tais discursos – como o de favela enquanto lugar de criminalidade – além de redutores, colaboram para o fortalecimento de preconceitos e da discriminação em relação aos moradores desses espaços urbanos. No caso deste estudo, apontam o uso da força via ocupação militar, legitimado por uma política pública, como solução, reforçando o estigma das favelas como problema.

143

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. "A polícia mata mais hoje do que na ditadura militar". [Entrevista concedida a Yan Boechat]. Medium, [S.l.], 14 mar. 2014. Disponível em: <https://medium.com/yanboechat/a-policia-mata-mais-hoje-do-que-na-ditadura-militar-a3695eac613e>. Acesso em: 24 jun. 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113,

¹⁴ Família Marinho (Grupo Globo), família Saad (grupo Bandeirantes), família Edir Macedo (Record), família Sirotsky (RBS) e família Frias (grupo Folha).

¹⁵ Fonte: pesquisa *Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM)*, financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Intervezes e a *Repórteres Sem Fronteiras (RSF)*. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

abril/maio, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BAIENSE, Carla. O lugar da favela no noticiário carioca. Uma análise do enquadramento em O Globo e JB. Revista Ecopós, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2014. Disponível em: http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1286. Acesso em: 27 abr. 2015.

BANDEIRA, Olívia. Concentração da comunicação e os riscos à democracia. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Comunicação e direitos humanos. Minas Gerais, 2018. p. 34-41. Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interman005comdhs18.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BARCELOS, Janaina Dias. Imagem e produção de sentido sobre favelas cariocas em fotos jornalísticas. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BARTHES, Roland. A escritura do visível. In: _____. O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 10-43.

BAYARRI, Gabriel. UPPs: o crime como doença e a barreira de castas. Outras palavras, São Paulo, 9 jun., n. p., 2015. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/upps-o-crime-como-doenca-e-a-barreira-de-castas/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BURGOS, Marcelo Baumann *et al.* O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 11, ago/dez, p. 49-98, 2011. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CAMPOS, Andreino. Do quilombo à favela. A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sociocomunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: PAULA, Luciana. STAFUZZA, Grenissa (Orgs.). Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 259-284.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e Discurso. Modos de organização. Tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GRAVASSI, S. (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2005. p. 11-27.

DERVILLE, Gregory. La stigmatization des "jeunes de banlieue". Communication et Langages, v. 113, n. 113, p. 104-117, 1997.

FREITAS, Ricardo Ferreira *et al.* Em nome do espetáculo: megaeventos, cidades e representações midiáticas. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 2010, Porto Alegre. [Anais eletrônicos]. Porto Alegre, Abrarcorp, 2010. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/trabalhosGT6.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

GERVEREAU, Laurent. Images: une histoire mondiale. Paris: Nouveau Monde, 2008.

GERVEREAU, Laurent. Voir, comprendre, analyser les images. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 33, p. 1-48, set-dez 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/WZ8Qhd7tH7gQY8ngpwqyKJm/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2021.

INFOGLOBO. Nossos produtos. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MATHEUS, Letícia Cantarella; SILVA, Pedro Henrique. Território retomado: o noticiário sobre operações militares em favelas no Rio de Janeiro. Revista Ecopós, v. 16, n. 3, p. 44-60, setembro/dezembro 2013. Disponível em: http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/831. Acesso em: 29 abr. 2015

MENDES, Emília. Análise do discurso e iconicidade: uma proposta teórico-metodológica. In: MENDES, Emília (coord.) et al. (orgs.). Imagem e discurso. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 125-156.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das "características substantivas" das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/777>. Acesso em: 19 mai. 2015.

O GLOBO. Princípios Editoriais do Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 19 mai. 2015.

PALERMO, Luis Claudio. Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano. ILHA, v. 15, n. 2, p. 311-330, julho/dezembro 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2013v15n1-2p311>, Acesso em: 29 abr. 2015.

PARISSE, Luciano. Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido. Rio de Janeiro: PUC, 1969.

RESENDE, Leandro. UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. Agência Lupa. Rio de Janeiro, 22 dez. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ROCHA, Daniella Guedes. Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca. XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2010, Caxambu (MG). Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=da_batalha_guerra_no_rj_represen_imprens_favelas.pdf. Acesso em: 27 abr. 2015.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. Favela. Alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; [X] Brasil, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história crítica do fotojornalismo ocidental. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 27, p. 125-138, agosto 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3329>. Acesso em: 28 jul. 2015.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.